



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 02/14

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 29 DE ABRIL
DE 2014**

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, nesta vila de Alcochete e salão nobre dos paços do concelho, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida por Miguel Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

Rui Manuel da Graça Santa, Fernando Manuel Catum Leiria, Natacha Patrícia Bexiga Patinha, Rodolfo Soares Marques Pereira, Sónia Cristina Rodrigues Macieira Ramos, Sérgio Miguel Pratas Duarte, Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo, Luís Manuel Teopisto Cardoso, Paula Alexandra Ferrão Pereira, Isabel Maria Pereira Alves Teixeira Ferreira Trindade.

Pelo Partido Socialista:

Iolanda Patrícia Dâmaso de Pinho Nunes, Maria Amélia Martins Faria dos Santos e Manuel Carlos Bento Fradiano.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

Mário Luís Pintado Alves, Pedro Miguel Tarú Canteiro e Patrícia Pinto Felizes Figueira.

Pelo Partido Social Democrata:

João Manuel Alves Nunes do Valle e Luiz Branco Batista.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Estêvão António das Neves Boieiro, Presidente da Junta de Freguesia de Alcochete (CDU), e Luís Miguel Fernandes Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco (CDU).

Faltaram à sessão:

Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado, que justificou por escrito a sua ausência, por motivos de ordem profissional, tendo sido substituído por João Ladislau Teles de Matos.

António Joaquim Gomes Almeirim, por se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituído por Cristóvão Domingos Fialho Rosado (Secretário da Junta de Freguesia de Samouco).

Bruno José Pereira Soares e Mário Boieiro, por motivos de ordem profissional, tendo sido substituídos por Rute Alexandra Dâmaso de Pinho Nunes.

As justificações foram aceites por unanimidade.

Pelo executivo municipal encontravam-se presentes o Presidente da Câmara, Luís Miguel Carraça Franco e os Vereadores José Luís dos Santos Alfélua, Jorge Manuel Pereira Giro, Susana Isabel de Freitas Custódio, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento e Vasco André Marques Pinto.

O Presidente da Assembleia informou sobre a distribuição da seguinte documentação:

- Sobre a correspondência recebida. (Doc 1)
- Relatório de Atividades do Presidente da Assembleia Municipal. (Doc 2)

A Assembleia tomou conhecimento.

O presidente da Assembleia Municipal propôs que fosse retirado o ponto 3 da Ordem do Dia (Alteração aos Estatutos da Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal), o que foi aceite.

ATA

Ao abrigo da alínea c) do nº 2 do artigo 18º do Regimento foi colocada à discussão a seguinte:

- Ata de 28 de fevereiro 2014

Submetida à discussão, Mário Alves lamentou que não ficassem no texto da ata as perguntas feitas no requerimento apresentado por Patrícia Figueira, do CDS-PP, tendo o presidente da Assembleia Municipal esclarecido que o referido documento fica apenso à ata.

Submetida à votação, a ata foi aprovada por maioria, com 2 abstenções (Cristóvão Rosado e Rute Nunes por não terem estado presentes) e 22 votos a favor.

Ao abrigo da alínea d) do nº 2 do artigo 18º do Regimento registaram-se as seguintes intervenções:

- Iolanda Nunes:

Solicitou esclarecimentos sobre diversas matérias, cujo documento fica apenso a esta ata como Doc.3.

- Luiz Batista:

Sobre duas questões colocadas na última sessão, às quais não foi dado tratamento até ao momento, como sejam a colocação de um abrigo na paragem de autocarro e a disponibilização do estudo de opinião realizado no ano anterior. No seguimento, perguntou a que se deve a discrepância de verba que se registou no pagamento do referido estudo.

- Luís Cardoso:

Tendo tido conhecimento de um artigo publicado na comunicação social “Jornal Económico” de que 147 municípios se preparavam para contestar judicialmente a intenção de privatização da empresa EGF, questionou se eram conhecidas evoluções nesta matéria.

Ao abrigo da alínea e) do n.º 2 do artigo 18º do Regimento registou-se a seguinte intervenção:

- Rodolfo Pereira:

Deu conhecimento da sua participação na reunião que se realizou no dia 24 de março, com o Agrupamento dos Centros de Saúde do Arco Ribeirinho (Alcochete, Barreiro, Moita e Montijo). O documento fica anexo a esta ata como Doc 4.

Ao abrigo da alínea f) do n.º 2 do artigo 18º do Regimento registaram-se as seguintes intervenções:

- Natacha Patinha apresentou em nome da CDU, uma proposta de moção sobre “40 Anos da Revolução de Abril e 1.º de Maio de 1974”.

Submetida à discussão, Fernando Leiria propôs que dado o PSD também ter para apresentar uma moção sobre o *25 de Abril*, que se fizesse a discussão dos dois documentos em simultâneo e a votação separadamente, o que foi aceite.

- João Valle apresentou em nome do PSD uma proposta de moção com o título “O 25 de Abril é de todos nós”.

Na discussão das propostas registaram-se intervenções de Fernando Leiria, Luiz Batista e Miguel Boeiro.

Submetida à votação a moção da CDU, foi aprovada por maioria, com 19 votos a favor (CDU e PS), 4 abstenções (CDS-PP e PSD) e 1 voto contra (CDS-PP).

Submetida à votação, a moção do PSD foi aprovada por unanimidade.

Paula Pereira fez declaração de voto em nome da CDU.

- Fábio Bernardo, em nome da CDU, apresentou uma Saudação sobre “Regeneração da Frente Ribeirinha de Alcochete”.

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

Iolanda Nunes fez declaração de voto em nome do PS.

- Por João Valle, em nome do PSD foi apresentada uma proposta sobre “Implementação do Conselho Municipal da Juventude de Alcochete”.

Submetida à discussão, Miguel Boieiro propôs que o assunto seja agendado para a próxima sessão da Assembleia, sem prejuízo da sua discussão na presente sessão, o que foi aceite por unanimidade.

Paula Pereira, pela CDU, informou que concorda com a implementação do Conselho, apesar de não perceber/concordar com alguns dos pressupostos mencionados no texto. Mais disse, ter dúvidas quanto à obrigatoriedade de ser a Assembleia Municipal a instituir o referido Conselho.

Luiz Batista esclareceu que este será um órgão de consulta na implementação de políticas de juventude no concelho.

Rui Santa discordou de muitos dos pressupostos da proposta, frisando que com muito esforço e em muitos casos, têm sido as coletividades a substituir o governo nas políticas de desporto.

PERÍODO DE PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

- Presidente da Câmara:

Sucintamente esclareceu:

Agradeceu a moção aprovada na Assembleia relativa à obra da Frente Ribeirinha, não deixando de estranhar o voto a favor de Luiz Batista, porque este sempre votou contra as propostas da Câmara e aprovadas na Assembleia Municipal, que possibilitaram a concretização da obra, assim como a bancada do PS (apenas parte dos atuais membros) que também votaram contra, nomeadamente os documentos previsionais.

Esclareceu que por lapso, não foi enviado à Assembleia um exemplar do Estudo de Opinião, mas que rapidamente o irá remeter. Esclareceu ainda, que a diferença no valor do Estudo se deve à contabilização do IVA.

Quanto às questões colocadas por Iolanda Nunes, afirmou que a Câmara tem conhecimento e rececionou dois abaixo-assinados com diferentes universos de subscritores e direcionados para pontos diferentes no que diz respeito ao plano de circulação e estacionamento, com maior concentração nos sentidos proibidos que impedem o acesso do largo da Misericórdia à Av. D. Manuel I e outro mais centrado

com preocupações que têm a ver com a envolvente das ruas João Facco Viana, Senhora Sant'Ana, do Poço e de "O Século".

Frisou que a decisão implementada foi da Câmara e não do presidente da Câmara, porque foi tomada com 6 votos a favor e 1 abstenção. Foi um processo participado dentro do possível com reuniões onde todos podiam participar.

Explicou os novos conceitos de acalmia e de zonas de coexistência com velocidade limitada a 20Km com prioridade para os peões, assim como a intenção de criar bolsas de estacionamento após os contactos a efetuar com algumas entidades proprietárias de terrenos.

A decisão da Câmara assenta no pressuposto de ser o melhor para Alcochete e tinha um objetivo principal que era o de dinamizar o comércio local, querendo para o Centro Histórico mais pessoas e menos carros. Contudo, era esperado, que algumas decisões fossem objeto de discordância, mas a defesa do interesse público tem que estar acima de tudo. Qualquer que seja a decisão escolhida nunca agradará a todos. É uma impossibilidade absoluta.

Em relação aos espetáculos (*raves*) informou que a Câmara teve conhecimento através do proprietário do terreno, senhor João Alves, para a hipótese de utilização não autorizada de uma festa em que os estupefacientes constituíam o principal aliciante.

A Câmara através da Proteção Civil alertou a GNR e obteve o retorno face a este alerta.

Por falta de meios não foi possível à GNR proceder a detenções, contudo foi possível identificar o presumível promotor da festa. Graças a uma boa interação entre a GNR e a Câmara foi possível fazer cessar uma atividade ilegal, não deixando de louvar o trabalho profícuo por parte dos elementos da GNR apesar de por vezes não terem as melhores condições de trabalho.

- Vereador José Luís Alfélua:

Informou que irá ser colocada sinalização informativa na vila, quer para quem venha de nascente ou poente, porque de momento a Câmara só teve capacidade financeira para colocar a sinalética obrigatória.

Quanto ao abrigo na paragem de autocarro, esclareceu que a demora se deve a outro trabalho urgente que entretanto foi necessário concretizar, pelo que não irá demorar a satisfazer o solicitado.

- Vereador Jorge Giro:

Explicou uma vez mais o que se passa com o processo de privatização da EGF, que é uma das empresas da "Águas de Portugal" que é 100% pública e é acionista prioritária de 11 sistemas multimunicipais, tratando do lixo de cerca de 6,4 milhões de habitantes, ou seja mais ou menos 60% do país.

O concelho de Alcochete é acionista e também cliente de um desses sistemas, a AMARSUL, que é uma empresa saudável (com lucros de 3,5 milhões de euros)

composta por nove municípios do distrito de Setúbal, tendo desde 1999 os nove municípios 49% do capital social e a EGF 51%.

Alertou para a importância de em conjunto com as outras Câmaras que compõem a AMARSUL lutar contra a intenção do Governo (algumas já interpuseram providências cautelares), tanto mais que os trabalhadores também estão contra a privatização dos serviços e lamentou que apenas em Alcochete as moções tivessem sido aprovadas por maioria, Também a ANMP está contra esta intenção.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Aberto este período, usaram da palavra António Amaral, José Estêvão Boieiro, João Mendonça, Manuel Cardoso, Esmeralda Boieiro e João Carraça, focando todos eles a sua discordância face às soluções encontradas pela Câmara Municipal para a circulação e estacionamento no Centro Histórico que resultaram das obras de regeneração da frente ribeirinha de Alcochete.

O senhor Presidente da Câmara esclareceu todas as questões detalhadamente, tendo concluído que a solução encontrada não é definitiva, podendo assim, vir a estar sujeita a alterações.

O Presidente da Assembleia Municipal, propôs a realização de um intervalo de dez minutos, o que foi aceite por unanimidade, tendo-se de seguida retomado os trabalhos.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

A Assembleia tomou conhecimento, não se tendo registado pedidos de informação ou esclarecimento.

PONTO 2 – ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Submetida à discussão e votação, a proposta de alteração foi aprovada por maioria, com 21 votos a favor e 3 abstenções do CDS-PP.

Patrícia Figueira fez declaração de voto em nome do CDS-PP.

PONTO 3 – REGULAMENTO MUNICIPAL DO REGIME DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E DE AFIXAÇÃO E INSCRIÇÃO DE PUBLICIDADE

O Presidente da Câmara informou que o envio da presente proposta à Assembleia, visa apenas adequar a estrutura regulamentar à entrada em vigor do diploma legal que instituiu o licenciamento zero, bem como criar regras para ocupação da via pública e para a inscrição e afixação de publicidade.

Submetida à discussão e votação foi aprovado por unanimidade.

Iolanda Nunes fez declaração de voto em nome do PS.

PONTO 4 – NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO PARA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 5 – RATIFICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS SUBJACENTES AO RECRUTAMENTO DE UM ASSISTENTE OPERACIONAL POR RECURSO A RESERVAS DE RECRUTAMENTO/ÁREA DE SERVIÇOS GERAIS (REFEITÓRIOS) POR DESPACHO N.º 11/2014, DE 4 DE ABRIL, DA SENHORA VEREADORA RAQUEL PRAZERES

A vereadora Raquel Prazeres informou que a proposta de ratificação se justifica pela enorme carência de operacionais ao serviço nos refeitórios e os gráficos apresentados mostram bem o rácio de funcionários por refeitório. Acresce a esta situação, o facto de terem caducado dois contratos e ainda uma ausência súbita por doença que se supõe prolongada. Perante os dados, seria de todo impossível manter os serviços sem a contratação de um assistente operacional que decorre de um concurso aberto em 2011 e cuja lista permanecia com possibilidade de se poder requisitar na lista aprovada, evitando a abertura de novo procedimento e consequentes custos para a Câmara.

Submetida à discussão, Luiz Batista frisou que a bancada do PSD tem alertado para a composição e carga remuneratória que esta questão comporta. Atendendo a isto, e dada a situação financeira da Câmara, questionou porque não resolve a Câmara internamente este assunto, transferindo assistentes operacionais de outras áreas.

Em resposta a vereadora Raquel Prazeres reiterou toda a argumentação atrás referida, salientando, que confeccionar refeições não é certamente a mesma coisa que varrer ruas, por exemplo.

Submetida à discussão e votação, a proposta de ratificação foi aprovada por maioria, com 22 votos a favor (CDU, PS, CDS-PP) e 2 votos contra (PSD).

Luiz Batista fez declaração de voto em nome do PSD.

PONTO 6 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2013 E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2013

O Presidente da Câmara começou por fazer uma declaração política de princípio, dizendo que os documentos refletem resultados globalmente positivos da Câmara no que diz respeito ao exercício orçamental de 2013, refletindo medidas de contenção que ao longo dos sucessivos exercícios económicos têm vindo a ser implementadas com o objetivo de consolidar as suas contas públicas.

Salientou que, o esforço de contenção só foi possível com o empenho, dedicação e profissionalismo inatacáveis, por parte dos trabalhadores da Câmara Municipal, contrariando assim aquilo que Luiz Batista e o seu partido defendem, quando lhes chamam “gorduras” e defendem a privatização de serviços e o despedimento de muitos, demonstrando uma grande falta de respeito por estes.

Os documentos, em simultâneo com a contenção, refletem realização e investimento com efeitos multiplicadores na economia local como foram as obras de regeneração da frente ribeirinha. Também se reflete nos documentos, que as receitas correntes cobrem totalmente as despesas correntes do município, existindo até disponibilidade para redirecionar a margem remanescente das receitas correntes para aplicar em investimento, mostrando assim, do ponto de vista económico e financeiro um princípio de boa gestão.

Fica também refletido, uma cada vez maior dependência da Câmara no que respeita aos impostos diretos, uma vez que o processo de degradação a que o Governo submete as autarquias relativamente à transferência de verbas do Orçamento do Estado é cada vez maior.

De seguida, informou detalhadamente sobre o IMI, IMT, IUC e Derrama, comparando a atual receita com a de exercícios anteriores, lembrando os aumentos que alguns terão no futuro, face às alterações da legislação.

Disse ainda, que se os documentos mostram que aumentaram as dívidas de terceiro à Câmara em mais de cento e onze mil euros, o que é preocupante, tanto mais que parte destas dívidas têm uma relação estreita com dívidas de consumo de água por parte dos munícipes. Refletem também, um aumento da dívida de curto prazo e uma redução na de médio e longo prazo. Comparativamente com o exercício de 2012, a dívida global registou uma redução.

A terminar, frisou o que considera ser um escândalo do Governo PSD-CDS/PP por fazer aumentar em mais cento e sessenta mil euros as despesas com Pessoal.

Após estas considerações, a proposta foi submetida à discussão, tendo-se registado as seguintes intervenções:

- Patrícia Figueira:

Relativamente ao Relatório de Gestão questionou a discrepância existente entre o valor orçamentado e o realizado na rubrica de loteamentos e obras.

Na Prestação de Contas, no capítulo reservado ao endividamento e dívidas a terceiros, perguntou a que se devem as dívidas a:

- Serviços de Água e Saneamento; Partido Comunista Português, ParquExpo, IFAP, Assembleia Distrital de Setúbal, Fundação João Gonçalves Júnior, Agrupamento Vertical de Escolas.

Questionou também porque constam da relação de dívidas da autarquia, os descontos dos vencimentos dos funcionários para pagamento de processos judiciais e porque estão indicadas na lista as contribuições para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e as quotizações sindicais dos funcionários.

- Luiz Batista:

Entende que, no estado a que as contas chegaram não é muito favorável verificar-se regozijo com as mesmas. Esperava que, havendo um aumento de receita em cerca de oitocentos e cinquenta mil euros comparativamente com o ano de 2013, que uma parte fosse direcionada para pagamento a fornecedores, que aumentou, dado existirem dívidas por pagar há aproximadamente quatro anos.

Politicamente esperava que fosse feito um abatimento, dado ter sido dessa forma que no ano anterior foi feita uma redução de cento e quarenta mil euros.

Teceu ainda comentários face à adesão do Município ao Pacto de Autarcas (Municípios com Eficiência Energética) cujos valores não têm sido liquidados, bem como à falta de pagamento de condomínio de edifícios propriedade da Câmara e ainda que não têm sido cumpridos os compromissos assumidos com as juntas de freguesia. Teceu também considerações relativamente aos juros dos empréstimos contraídos pela Câmara.

De seguida, o Presidente propôs a prorrogação dos trabalhos para além da hora regimental, o que foi aceite por unanimidade.

Retomados os trabalhos, o Presidente da Câmara esclareceu, de forma detalhada, parte das questões colocadas, salientando-se o esclarecimento relativo aos juros do empréstimo contraído para as obras de regeneração da frente ribeirinha de Alcochete, explanando todos os procedimentos legais e concursais, tendo sido a Caixa de Crédito Agrícola que apresentou melhores condições negociais, diametralmente opostas às que constam de outros contratos de mútuo celebrados num passado não muito distante. Seria preferível que a Câmara perdesse esta oportunidade? Claro que não, e a Câmara assume que o contrato de mútuo em termos de serviço da dívida era excessivo, mas infelizmente resultava das regras do capitalismo ou do ultra liberalismo que Luiz Batista defende.

Salientou que só foi possível obter uma participação de 80%, porque compulsivamente foi obrigada a desistir de outras candidaturas que já tinham *plafond* definido e assim, foi aproveitado para esta obra. A verba remanescente serviu para

suportar o arranjo do acesso poente à Biblioteca Municipal assim como para os projetos de execução que foram da responsabilidade da Câmara.

A dívida ao PCP, prende-se com publicidade na revista que suporta a “Festa do Avante”.

O que provoca um desequilíbrio estrutural na Câmara são os compromissos existentes com a AMARSUL, SIMARSUL e ADSE.

Esclareceu que este executivo sempre manteve um bom relacionamento com as juntas de freguesia do concelho ao longo dos vários executivos, lembrando, que foi o governo do PSD/CDS-PP o grande coveiro das freguesias quando reduziu mil e quinhentas e que é necessário ter coerência no que se afirma.

Mais salientou, que se não fossem os protocolos de descentralização da Câmara nas Juntas de Freguesia, muito provavelmente as de Samouco e S. Francisco ter-se-iam extinguido. Lamentou que Luiz Batista não referisse o crédito que a Câmara tem para com o Ministério da Saúde relativamente à construção da Extensão do Centro de Saúde de Alcochete na freguesia de Samouco.

Esclareceu também, que em 2013 a propósito dos municípios com eficiência energética foi instalado no Centro Histórico de Alcochete um sistema de “Eco-Eficiência” ao nível da iluminação pública, que permite reduzir a pegada energética em cerca de 30%.

A discrepância na rubrica de loteamentos e obras, deve-se ao facto de a Câmara ter processos de licenciamento para cuja efetivação apenas é necessário que o promotor levante e pague as taxas referentes aos alvarás de construção. A dívida aos Serviços Municipalizados, trata-se de um litígio existente entre a Câmara e os Serviços Municipalizados de Montijo que corre os seus trâmites em Tribunal.

A dívida à Fundação João Gonçalves Júnior advém do protocolo celebrado com esta entidade.

Para esclarecimentos de outras questões, foi solicitado e permitido que os mesmos fossem feitos pela Chefe de Divisão da DAGR, Dr.^a Cláudia Santos, a qual afirmou:

A Câmara, por Lei, é responsável pelos descontos dos funcionários até os entregar a entidades terceiras, pelo que, enquanto as verbas estiverem na Câmara terão que ser contabilizadas, acontecendo o mesmo procedimento para com as verbas para a ADSE e outros.

Relativamente ao IFAP, trata-se de um valor que a Câmara tem que restituir no âmbito de uma candidatura de 2003/2004 (AGRIS) após uma auditoria, foi o município notificado para restituir o montante considerado não participado.

Fernando Leiria:

Apesar de se viver uma grande crise, congratulou-se com o bom aproveitamento que a Câmara conseguiu face ao ano anterior.

Lamentou que as entidades bancárias não paguem IMI, porque com o número de entregas de prédios aos bancos no concelho de Alcochete (infelizmente para as pessoas que perderam as suas habitações) esta seria uma boa receita para a Câmara.

- Luiz Batista esclareceu que o Governo já começou a legislar nesta área.

Afirmou também, que nos fóruns em que tem participado, tem defendido a extensão do Arco Ribeirinho.

Submetidos à discussão e votação, os documentos foram aprovados por maioria, com 15 votos a favor (CDU), 8 abstenções (CDS-PP, PS e PSD- João Valle) e 1 voto contra (PSD- Luiz Batista).

Luiz Batista fez declaração de voto.

Fernando Leiria fez declaração de voto em nome da CDU.

O Presidente da Assembleia Municipal propôs que a próxima sessão ordinária de realize em S. Francisco, o que foi aceite por unanimidade.

ATA EM MINUTA

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 01:45 horas, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, Coordenadora Técnica, subscrevo e assino.

A COORDENADORA TÉCNICA:

O PRESIDENTE: